

CLIENTE: CDL	
DATA DE VEICULAÇÃO: 29/05/2015	VEÍCULO: Jornal Correio de Uberlândia
CADERNO: Cidade e Região	ÁREA:
AUTOR:	PÁGINA: A3 impresso e online
TÍTULO: Estabelecimentos terão seis meses para regularizar alvarás	

# Estabelecimentos terão seis meses para regularizar alvarás

12 MIL LOCAIS TÊM OS DOCUMENTOS INDEFERIDOS

VINÍCIUS ROMARIO | REPÓRTER

Os estabelecimentos comerciais e industriais de Uberlândia, que estão com alvarás de funcionamento indeferidos, terão um prazo de seis meses para fazer as adequações necessárias e se regularizarem. Atualmente, cerca de 12 mil locais se encontram nessa situação na cidade. Caso as mudanças não sejam feitas, eles estarão sujeitos à interdição.

O tempo para regularização foi acordado entre a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), o Ministério Público (MP) e o Município e ainda terá de ser aprovado pela Câmara dos Vereadores. A proposta deverá ser votada no Legislativo no início de junho.

Para obter os alvarás de acessibilidade e segurança, os comerciantes e empresários terão de fazer ajustes no projeto das construções e apresentá-lo ao Corpo de



Tempo para regularização foi acordado em reunião, ontem, com a CDL, MP e o Município

Bombeiros e a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, que irão averiguar se ele atende aos requisitos exigidos. Segundo afirmou o promotor Fabrício José da Fonseca Pinto, em reportagem do CORREIO de Uberlândia do dia 11 de maio, o principal problema dos estabelecimentos está ligado à acessibilidade.

A reunião na qual foi definido o tempo para a regularização dos estabelecimentos foi realizada ontem. Ela foi

convocada pela CDL e contou com a presença do promotor Fonseca Pinto, o secretário municipal de Planejamento Urbano, José Caldeirani Filho, o presidente da CDL, Cicero Novaes, e alguns vereadores.

De acordo com Fonseca Pinto, é preciso que seja resolvida a situação dos alvarás na cidade, pois a acessibilidade deve ser cumprida conforme a lei. "Há um tempo já estamos discutindo todas essas questões com a Prefeitura e

com os empresários. Agora chegamos a um acordo para que a lei seja cumprida e os comércios façam as adequações necessárias", disse.

## HABITE-SE

Além do tempo de seis meses para que empresários e comerciantes consigam o alvará de funcionamento, eles também terão o prazo de quase dois anos para retirar o Habite-se.

## AVALIAÇÃO

### PARA PRESIDENTE DA CDL, PROPOSTA DE AJUSTES É POSITIVA PARA EMPRESÁRIOS



Cicero Novaes afirmou que nova legislação agradou a todos

O presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Uberlândia, Cicero Novaes, afirmou que o prazo de seis meses para os estabelecimentos comerciais e industriais fazerem as adequações necessárias em busca dos alvarás de funcionamento foi boa para os empresários.

"Temos essa proposta da mudança na legislação que agradou a todos. Ago-

ra, deve partir dos empresários a iniciativa das mudanças. Cada um que está com o alvará indeferido, que procure a Prefeitura e apresente o projeto com as alterações necessárias", disse.

Ainda de acordo com o presidente da CDL, uma reunião deverá ser realizada com os empresários para explicar todos os pontos debatidos e acordados.

## EXIGÊNCIAS

### PROJETO COM OBRAS NECESSÁRIAS DEVE SER FEITO POR ENGENHEIRO OU ARQUITETO

A nova legislação referente aos alvarás de funcionamento, que deve ser votada no início de junho, pela Câmara dos Vereadores, determina que os empresários deverão contratar um arquiteto ou engenheiro que faça o projeto respeitando todas as medidas necessárias de adequações em seus estabelecimentos, sejam eles comerciais ou industriais. A partir do projeto elaborado, ele deverá ser levado até a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano,

que irá deferir-lo ou não. Se o projeto for aprovado, o empresário terá um período de seis meses para realizar as obras.

"Lembramos que isso serve para os comerciantes que estão com impasse no alvará e, caso as obras ultrapassem o período proposto de seis meses, o responsável deverá apresentar o motivo e o caso será analisado pela secretaria", disse o secretário municipal de Planejamento Urbano, José Caldeirani Fi-



José Caldeirani Filho detalhou o projeto de regularização

lho. "Lembrando, sempre, que esse projeto deverá passar, anteriormente, pelo Corpo

de Bombeiros, para que seja aprovado também na questão de segurança", afirmou.

## FISCALIZAÇÃO

### 10 ESTABELECIMENTOS FORAM FECHADOS

Desde dezembro do ano passado, dez estabelecimentos comerciais já foram fechados pela falta de alvarás. De acordo com o promotor Fabrício José da Fonseca Pinto, mesmo com a proposta de uma nova legislação, que dará um prazo para que os empresários façam as adequações necessárias em seus estabelecimentos, a fiscalização nos locais continuará.

"Sempre analisamos caso a caso, mas aqueles comércios que a gente já notificou e notamos que as mudanças

não foram feitas, poderão ser fechados", disse Pinto.

O proprietário de uma casa noturna na avenida Rondon Pacheco Alessandro Marcelo Gomes, que teve o estabelecimento fechado há 50 dias por falta de acessibilidade, tenta reabri-lo. "Pediram para que eu coloque um elevador para cadeirantes, e, no momento, esse investimento, de R\$ 40 mil, não é viável. Mas estamos com o processo no Ministério Público, para que o caso seja resolvido", afirmou.

## Estabelecimentos

### ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO

#### EXIGÊNCIAS PARA LIBERAÇÃO

- 1 - Empresários deverão contratar um arquiteto ou engenheiro que faça o projeto respeitando as medidas necessárias de adequações em seus estabelecimentos, sejam eles comerciais ou industriais
- 2 - A partir do projeto elaborado, ele deverá ser levado até a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, que irá deferir-lo ou não.
- 3 - Se o projeto for aprovado, o empresário terá um período de seis meses para realizar as obras.

#### Principais exigências

- ▶ Acessibilidade
- ▶ Segurança